

RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.569 - RS (2015/0024597-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : ALEXANDRE FUCHS DAS NEVES E OUTRO(S) - RS030060
RECORRIDO : ELVIA ANA KORB
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA PROTTI E OUTRO(S) - RS032844

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO PANAMERICANO S.A. fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na razões do nobre apelo, o recorrente discute: a) a incidência do Código de Defesa do Consumidor; b) a limitação dos juros remuneratórios; c) a capitalização dos juros; d) a previsão da comissão de permanência; e e) a caracterização da mora.

É o relatório. Decido.

Incidência do Código de Defesa do Consumidor:

A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou seu entendimento no sentido de que aplica-se aos contratos bancários o Código de Defesa do Consumidor, neste sentido o enunciado sumular n.º 297 do STJ: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

No entanto, a sua efetiva aplicação depende da comprovação de eventual abusividade no caso concreto.

Juros remuneratórios:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca dos juros remuneratórios no julgamento dos Temas 24 a 27, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, conforme o acórdão assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO.
RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE
CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO.
JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS
MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE
INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO
JULGAMENTO

(...)

ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos
juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula

596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada ? art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

(...) (REsp nº 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 10/03/2009).

Portanto, o Tribunal de origem, ao limitar os juros remuneratórios em 12% ao ano sob o fundamento de que “é cláusula nula de pleno direito a que prevê juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, porque acarreta excessiva onerosidade para o consumidor e desproporcional vantagem para a instituição de crédito, e provoca evidente desequilíbrio entre as partes contratantes” (fl. 193), divergiu da jurisprudência solidificada neste Superior Tribunal.

Incide, no caso, a Súmula n. 382/STJ, que dispõe: *A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.*

Capitalização dos juros:

Quanto à essa questão, verifica-se que o acórdão recorrido, em juízo de retratação, adequando-se ao que restou decidido no Recurso Especial 973.827/RS, vinculado ao **Tema n. 246/STJ**, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, entendeu que:

No caso dos autos, considerando que a taxa de juros anual e a mensal estão previstas no contrato, com a sua variação respectiva, tenho como suficientemente comprovada a contratação da capitalização, sendo a mesma permitida. (fls. 308/309.)

Assim, no ponto, o recurso especial encontra-se prejudicado em razão da perda de objeto.

Comissão de permanência:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca da comissão de permanência no julgamento dos **Tema 52**, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, conforme o acórdão assim ementado:

"DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE

PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação.

2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para vigor após o vencimento da dívida.

3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC.

4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro.

5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido"

(REsp nº 1.058.114/RS e REsp nº 1.063.343/RS, Rel. p/ acórdão o Min. João Otávio de Noronha, DJe de 16/11/2010).

Ou seja, a comissão de permanência abrange, na verdade, três encargos: os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superior àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual (AgRg no REsp nº 986.508/RS, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 5/8/2008).

Na esteira desse entendimento foi editada a Súmula nº 472 deste c. Superior Tribunal de Justiça, a cujo teor: *"A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios, e da multa contratual"*.

In casu, o tribunal *a quo* afastou a estipulação da comissão de permanência por considerá-la abusiva, "tanto por cumulada com a correção monetária e juros remuneratórios quanto por fixada unilateralmente pela instituição financeira e a taxas

praticadas no dia do efetivo pagamento” (fl. 195), portanto, em contrariedade com a orientação pacífica neste Superior Tribunal de Justiça.

Caracterização da mora:

O reconhecimento da abusividade dos encargos exigidos no período da normalidade contratual descaracteriza a mora do devedor (REsp n. 1.061.530/RS, relatora Ministra Nancy Andriighi, DJe de 10/3/2009).

No caso dos autos, reconhecida a exigibilidade dos encargos remuneratórios, fica caracterizada a mora do devedor.

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao recurso especial para: a) manter os juros remuneratórios conforme o estipulado no contrato; b) declarar prejudicada, em razão da perda do objeto, questão referente à capitalização dos juros; c) declarar que, após o vencimento da dívida, é devida a comissão de permanência, cuja importância está limitada à soma dos juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação, dos juros moratórios até o limite de 12% ao ano e da multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC, vedada a cobrança da correção monetária (Súmula nº 30 do STJ); e d) reconhecer em mora o devedor.**

Diante da sucumbência mínima do ora recorrente, redimensiono os ônus sucumbenciais, devendo a parte recorrida arcar com a totalidade das custas processuais e dos honorários advocatícios, no valor arbitrado na origem (fl. 210), com a ressalva do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente